

na da época. Durante mais de século e meio foram consultadas por estadistas, juizes e estudiosos da ciência política como fonte primordial para compreensão da Constituição. Tais consultas parecem destinadas a continuar por futuro indefinido, pois não há obra alguma sobre o pensamento político americano que delas se aproxime em importância. Constituem, em síntese, profundo tratado de ciência política.

John Jay escreveu somente cinco ensaios, sendo o restante do volume dividido mais ou menos igualmente entre Hamilton e Madison. Todos os três tinham brilhante fôlha de serviços. Jay havia servido na revolução, fôra ministro no estrangeiro e, voltando aos Estados Unidos, tornou-se Secretário do Exterior; Madison adquirira experiência política primeiramente como membro do legislativo de Virgínia e mais tarde como figura principal no Congresso reunido em Filadelfia; Hamilton fôra ajudante de Washington durante grande parte da Guerra da Independência e, findo o conflito, exerceu advocacia em Nova York. Posteriormente todos os três vão ocupar posição de destaque: Hamilton como Secretário do Tesouro, Jay como primeiro presidente da Côrte Suprema e Madison alcançando a presidência da República.

O volume há pouco editado pela Ibrasa na coleção "Clássicos da Democracia" contém uma seleção, aliás a essência, da grande série de artigos originalmente assinados por Publius, mas de autoria dos três grandes líderes da organização do estado norte-americano. A seleção abrange problemas relativos à união nacional, à natureza do governo, à questão dos impostos, aos três poderes da República e traz, em apêndice, o texto integral da Constituição com as respectivas emendas.

Creemos desnecessário insistir no interesse e valor dêsse livro-texto, especialmente para os trabalhos de seminário, nas cadeiras de História da América, das nossas Faculdades de Filosofia. Aliás, dentro dessa mesma linha, a coleção "Clássicos da Democracia" já apresentou mais de vinte volumes, todos em apresentação cômoda e elegante e (o que é importante) a preços acessíveis. Entre outros, textos de Stuart Mill, Horace Mann, Benjamin Franklin, Hume e Locke.

MARIA LÚCIA DE SOUZA RANGEL

*

* *

KOSSOK (Manfred). — *La Santa Alianza y la Política de los Estados alemanes ante la emancipación latino americana (1815-1830)*. Universidad de la Republica Oriental del Uruguay. Facultad de Humanidades y Ciencias, Montevideo 1965. Instituto de Investigaciones Históricas. N.º IX.

O trabalho do prof. Manfred Kossok, que ora resenhamos, é uma breve síntese, conforme adverte Eugenio Petit Muñoz, à página V de sua apresentação, dada a público em forma de conferência no Instituto de Investigações Históricas da Faculdade de Humanidades e Ciên-

cias de Montevideo. É a conferência um resumo de um trabalho que já se encontrava em impressão em Berlim, conforme o próprio autor chama a atenção na la. página da sua obra (1).

Eugênio Petit Muñoz prepara-nos para a leitura da conferência, chamando atenção para o fato de tratar a mesma de uma colocação inicial do tema, uma vez que o assunto é tratado com maior profundidade no trabalho maior, que constitui importante tese sobre a atuação e a glória de Monroe e Canning “como calvadores da liberdade americana”, as quais pertencem apenas “ao reino das lendas históricas” (2). Chama-nos ainda a atenção para a importante e substanciosa documentação sobre a qual se assenta a pesquisa realizada. Petit Muñoz aborda em sua advertência aspectos importantes referentes à propaganda, feita na Inglaterra, da revolução latino-americana e à publicação da “célebre Outline” (3), alertando, mais uma vez os leitores para o fato de poder parecer um tratamento de tema paralelo, mas que efetivamente se encontra interligado ao assunto tratado pelo professor Kossok.

“A guerra de libertação das colônias espanholas e portuguesas teve conseqüências, não só no próprio campo de combate centro e sul-americano, mas também no resto do mundo”. Esta é a premissa de que parte o professor Kossok.

É conhecido o interesse considerável que tiveram Inglaterra e EE.UU., França e Rússia nas transformações que se operaram na América Latina. A influência exercida, no mundo europeu, pelas transformações efetuadas na vida política da América Latina durante o século XIX, é bem nítida e bastante clara, através o estudo de Kossok, a posição dos estados alemães, quer nas suas relações diplomáticas diretas com a América do Sul, quer no intercâmbio com os países da Santa Aliança no *affaire* latino-americano.

Desde a fundação da Liga Alemã (**Deutscher Bund**) em 1815 (“débil união de todos os estados alemães sob a hegemonia da Austria e Prússia”) houve a preocupação de cada um dos membros da Liga de cuidar de seus interesses particulares.

“Por otra parte, La Liga Alemana pertenecia al imperio de la Santa Alianza, sobre cuyo papel reaccionario en la lucha contra el progreso democrático-burgués...”.

Entretanto, o movimento de independência da América Latina e suas vitórias sobre a Espanha e Portugal causou um duplo efeito: a). — significou para os estudantes democráticos e para os espíritos mais avançados

“um movimento de libertação, um sinal para a intensificação da luta contra a própria reação”,

- (1). — Resumo de um livro em impressão cuja documentação se baseia nas fontes dos arquivos alemães e austríacos (Deutsches Zenbalarchiv Merseburg, Staatsarchiv Hannover, Staatsarchiv der Hansestadt Hamburg, Staatsarchiv der Hansestadt Bremen, Landesarchiv Dreden, Landesarchiv Schwerin, Haus, Hofund Staatsarchiv Wien).
- (2). — Petit Muñoz (E.), *Advertencia ao trabalho do prof. Kossok*, pág. V.
- (3). — Petit Muñoz (E.), *Op. cit.*, pág. VII.

b). aumenta a preocupação das classes dirigentes, que viam na “revolução” da América Latina”

“um movimento burguês com possibilidade de se estender por toda a Europa”.

Podemos ainda, através do trabalho do prof. Kossok, ver como foi intensa a propaganda sôbre os movimentos latino-americanos, levada a feito “principalmente por Alexandre Humboldt e pelo Abade Pradt, dentro da Alemanha, no início do século passado.

Mostra-nos ainda Kossok a posição dos Estados Alemães como nos dando a medida da preocupação com ela e que devemos entendê-la como

“parte integrante da posição das grandes potências em tôrno da ‘Questão Sul-americana’”,

“Conjunto de tôdas as diferenças econômicas, políticas e também ideológicas que surgiram entre as grandes potências a respeito da libertação das colônias espanholas e portuguesas”.

Todavia o autor nos mostra o choque que existia entre os Estados europeus, principalmente devido à disputa econômica, à rivalidade na luta pelas conquistas territoriais e a repercussão do movimento latino-americano.

Além dos problemas dos Estados Alemães e sua rivalidade com os demais países europeus, não se pode colocar de lado o fato de existir antagonismo entre os próprios estados alemães, que se dividiam em dois grupos distintos: um liderado por Hamburgo e o outro pela Áustria e Prússia, Estados da Santa Aliança, lembrando-se ainda dos demais que, não pertencendo a grupo algum, ocupavam um papel secundário.

Dessa forma pode-se medir a complexidade do problema ligado à “Questão Sul-americana”, e a forma como êle era tratado entre as potências do “Concérto europeu”.

Por outro lado, fica patente que as questões ligadas à libertação das colônias latino-americanas tinham vinculações sérias no terreno diplomático, onde os debates e os conflitos se colocavam diante de duas causas:

a). — “El conflicto hispano-portugués por la Banda Oriental, después de que Portugal inició un invasión en Setiembre de 1816, cuyo objetivo oficial fué la “protección” del Brasil contra las consecuencias de la revolución en el Río de la Plata”.

b). — La demanda de España a todaslas potencias aliadas — Inglaterra, Rusia, Francia, y Prusia — para mediar en el conflicto entre metropole y las colonias sublevadas”.

Mostra-nos, então, que os conflitos existentes entre os países europeus, em tôrno da América Latina, se viram sempre envolvidos (desde o princípio) pelo antagonismo Inglaterra e Rússia.

O autor nos mostra, por outro lado, a posição coincidente adotada pela Prússia e Áustria na questão sul-americana, nos dando à pág.

6 as bases em que se fundamentaram os interesses prussianos e austríacos, a saber:

- a). — “Defender a ordem européia de equilíbrio e de paz diante dos efeitos ulteriores à revolução americana.
- b). — Impedir uma guerra entre a Espanha e Portugal pela Banda Oriental.
- c). — Renunciar a toda intervenção armada para tratar de estabelecer a ordem “legítima” na América Espanhola.
- d). — Apoiar o programa inglês de mediação, que foi formulado em 1817, por Castlereagh no “Memorandum de Agosto”.
- e). — Assegurar os próprios interesses econômicos no comércio com a América Latina”.

Mostra-nos Kossok, outrossim, as diretrizes estabelecidas para a questão sul-americana e as circunstâncias que levariam, inclusive, à intervenção armada.

Afirma que a mudança decisiva na política dos Estados Alemães e na posição da Santa Aliança face à América Latina iniciou-se em 1822. Apresentavam-se, na ocasião, uma série de fatores que assinalavam o fracasso total do domínio colonial da Espanha e Portugal.

Assinala, então, como fatores da quebra do domínio colonial espanhol e português os seguintes:

- a). — energias políticas e militares espanholas pralisadas pela revolução de 1820-1823, na metrópole.
- b). — com exceção do último baluarte colonial — o Peru — toda a América espanhola se havia libertado. Também o Brasil proclamou sua independência de Portugal em 1822.
- c). — final antecipado e inesperado da mediação das potências aliadas no conflito hispano-português, quando em 1821 o governo do Rio de Janeiro incorporou ao seu domínio a Banda Oriental.
- e). — a mensagem de Monroe e a decisão do Congresso norte-americano sobre o reconhecimento das primeiras repúblicas latino-americanas nos Estados Unidos.

Mostra-nos, com muita clareza, a reação dos Estados Alemães e as suas atitudes, em muitas ocasiões, titubiantes.

Após indicar a forma como agiram os diferentes estados europeus no tocante ao problema latino americano e as relações internacionais, principalmente no campo diplomático, e as atitudes dos mediadores ingleses em especial afirma:

“Es así cómo esos supuestos planes de intervención de la Santa Alianza sobre los cuales se fundamenta la infundada gloria de Monroe y de Canning como salvadores de la libertad americana, pertenece apenas al reino de las leyendas históricas” (pág. 11).

Depois de nos esclarecer com exemplos e maiores detalhes as atitudes dos estados alemães ora de acordo com os preceitos do “não reconhecimento” da Santa Aliança, ora contrapondo-se à “política anacrônica” adotada pelos países da mesma Santa Aliança, nos afirma que a Declaração de Independência do Brasil constituiu um caso especial no conjunto complexo da “Questão Sul-americana”, pois

“desde o primeiro momento de sua independência declarou-se o Brasil uma monarquia e tomou posição contra as “repúblicas rebeldes” hispano-americanas, solicitando, nessa qualidade o reconhecimento das potências européas”.

J. S. WITTER

*

* * *

MELO (Raul Silveira de). — **Um homem do dever: Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1964. 364 págs.

O General Raul Silveira de Melo, entre os títulos de honra que pensou atribuir ao Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, protagonista deste seu recente trabalho, preferiu o de **Um homem do dever**, porque foi a centelha do dever que o inflamou, impeliu e sustentou por mais de quarenta anos.

Vindo de Portugal aos 32 anos, no posto de capitão de engenheiros, para participar das demarcações de limites pertinentes ao Tratado de Santo Ildefonso (1777), comandou sucessivamente, tendo sob sua chefia astrônomos e exploradores da categoria de Silva Pontes e Lacerda e Almeida, as expedições de levantamento dos rios Branco, Madeira, Mamoré, Guaporé, Paraguai e Cuiabá. Chefiou o escritório de cartografia de Vila Bela, posteriormente Cidade de Mato Grosso. Participou por duas vezes, por morte dos respectivos titulares, da Junta de Governo da Capitania, cujo plano de defesa conscienciosamente elaborou. Escreveu numerosos trabalhos sobre geografia, história e transportes fluviais da capitania matogrossense. Quando, por duas vezes tornou-se iminente um ataque ao sul de Mato Grosso e se fez mister a presença ali de um chefe esclarecido e intrépido, o governador fez apêlo a Ricardo Franco para que assumisse o comando daquela fronteira, a fim de conjurar o grande perigo. Estabeleceu seu posto de comando em Coimbra, onde construiu o forte, em substituição à velha paliçada ali existente. Sagrou-se vitoriosamente em 1801, na defesa do forte contra uma frota de guerra de potencial dez vezes superior. Ao atacante castelhano, que o intima a render-se ao poderio dos seus canhões, responde Ricardo Franco que preferia sepultar-se sob as ruínas do forte a entregá-lo a inimigos da pátria.

Publicado em comemoração ao sesquicentenário de seu falecimento, o nôvo volume da Biblioteca do Exército, mais do que uma biografia do ilustre militar e explorador geográfico é uma reunião de documentos referentes ao seu trabalho, matéria prima que o A. oferece a algus “escritor qualificado que vier a biografá-lo de verdade”. Os trabalhos por êle realizados no Brasil ocupam tôda a gama de serviços peculiares à geografia, chefia de escritório, engenharia, administração pública, comando de fronteira, tais como reconhecimentos e explorações, expedições sertanejas, redação de diários, memórias, relatórios, pareceres, mapas geográficos, plantas topográficas, cálculos